

**39º REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS – Associação Nacional  
de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

GT13 Elites e espaços de poder

**Estratégias de manutenção do poder: a atuação  
das elites mato-grossenses na Primeira  
República**

**Larissa Rodrigues Vacari de Arruda\***

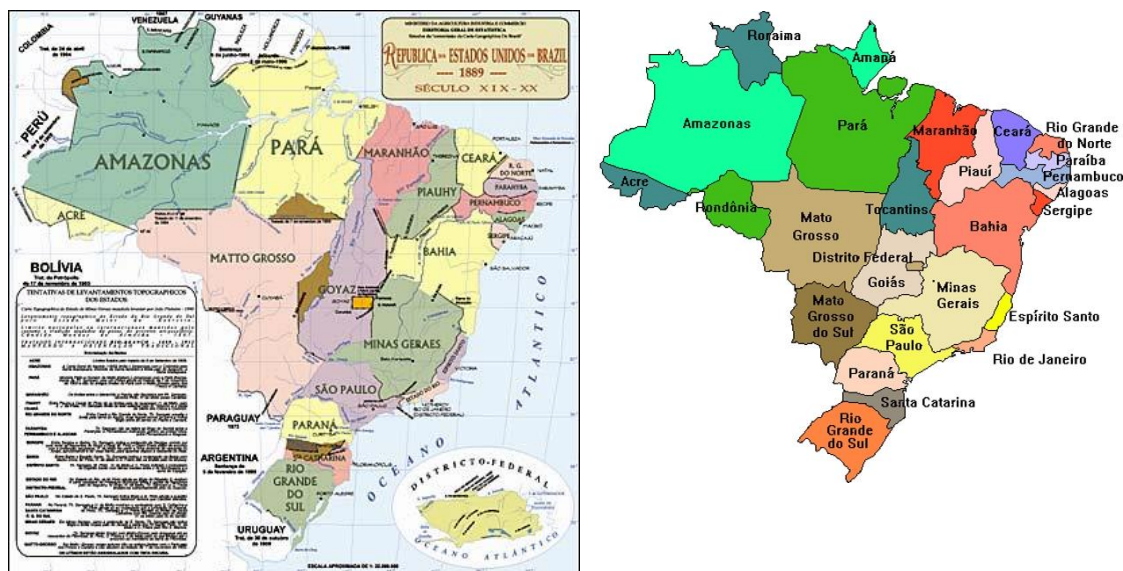
\* Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. E-mail: Larissa.vaccari@hotmail.com

## 1- Introdução

No começo da Primeira República (1889-1930) o estado brasileiro de Mato Grosso permanecia longínquo. Para sua população, a sensação era de abandono: “Desta terra ... que sempre foi considerada como exílio, e via na proclamação da República um raio de esperança para a sua prosperidade e grandeza” (PONCE FILHO, 1957, p.62). Embora as dificuldades de transporte e comunicação existissem de modo geral no país, especificidades agregavam entraves ao território.

Tais características, a saber, o estado não tem saída para o mar e tinha maior extensão territorial que hoje. Como não havia ferrovia ou estradas, o transporte era todo feito por rio. Do Rio de Janeiro até Cuiabá, capital de Mato Grosso, chegava a demorar de 1 a 3 meses, tendo de passar por três países: Uruguai, Argentina e Paraguai. À época, o estado abrangia porção significativa do Centro-Oeste brasileiro, já que somente existiam 20 estados. A unidade federativa era formada pelas atuais porções de Rondônia, Mato Grosso do Sul, além de seu território, conforme mostra o mapa abaixo

Figura 1- Brasil em 1889 e na atualidade



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014

As porções de terra do oeste brasileiro foram incorporadas pelos portugueses, pois originalmente pertenciam aos domínios espanhóis. Foram os bandeirantes que ocuparam e

agruparam ao domínio português. A região do antigo Mato Grosso Uno<sup>1</sup> foi conquistado em 1719, quando os bandeirantes descobriram ouro perto de Cuiabá. Do período colonial até o século XX a província passava por algumas situações de precariedade. Foi por essa razão que Solano Lopez decidiu atacar o Brasil por Mato Grosso, quando iniciou a Guerra do Paraguai (1864-1870), por ser a província mais fraca, mais isolada e indefesa do Império (DORATIOTO, 2002).

A situação na Primeira República não havia se alterado, continuaram existindo precários meios de transporte e comunicação. Notícias como a Independência, Abolição da Escravidão e Proclamação da República chegaram depois, ocasionando situações singulares. Os telégrafos chegaram durante a Primeira República, mas eram frequentemente cortados quando conflitos armados ocorriam no estado, sendo mais fácil receber correspondências pelo Paraguai (ROSA, 1962).

Tal circunstancia começa a melhorar quando em 1914 chegou em Campo Grande, sul do antigo Mato Grosso Uno, a estrada de ferro Noroeste, ligando São Paulo ao Mato Grosso. Entretanto, a ligação era feita somente com o sul do estado, a capital continuou com acesso somente por rio. A ferrovia trouxe desenvolvimento para o sul do estado, relegando a capital posição marginal. Este descompasso solidificou um problema interno, já existente, entre as elites do Norte e as do Sul, o chamado Divisionismo.

O Divisionismo aparece no Mato Grosso desde a Primeira República sob duas formas: separação do Brasil e divisão do estado de Mato Grosso. O primeiro ocorreu em 1892, durante conflito armado, a ser melhor explorado a seguir quando tratamos das Disputas Oligárquicas no estado.

A segunda forma de divisionismo origina-se no início do século e culmina na divisão do estado de fato. Para as finalidades desse trabalho, que apreende os anos de 1889-1930, os embates entre estas elites não serão explorados, pois as elites cuiabanas predominaram na política do estado até a Ditadura Militar. Ainda que, progressivamente, as elites do Sul tenham ganhado cada vez mais espaço, os principais postos de comando estavam com os cuiabanos.

---

<sup>1</sup> O estado de Mato Grosso compreendia um território maior do que seu formato atual. As perdas territoriais iniciaram-se com a criação do Território Federal do Guaporé em 1943, que em 1956 passou a se chamar Rondônia e tornou-se um estado em 1981. Mas a maior perda viria com a divisão do estado em 1977, quando foi criado o Mato Grosso do Sul.

Uma outra característica de Mato Grosso importante para o período abordado e, que traz mais animosidades entre norte e sul, é a economia. A frágil economia deixava o estado dependente dos repasses federais. Nas cidades mato-grossenses os empregos restringiam-se aos cargos públicos. “O prestígio de um grupo media-se pela quantidade de seus correligionários em postos de mando no estado, nos municípios e nos cargos federais existentes” (MENEZES,2007, p.15).

Segundo Neves (2001, p.71), as disputas entre as facções, além da motivação de obter hegemonia política, ocorriam pelo domínio dos aparatos públicos. Ou seja, a fragilidade de Mato Grosso perante a União ficava clara na dependência de cargos e verbas públicas, pois a economia não era dinâmica.

A atividade econômica era concentrada em poucas famílias e com um agravante sobre o Divisionismo, os ciclos econômicos mais rentáveis encontravam-se no Sul. O ciclo do ouro e da borracha, ambos de curta duração, localizavam-se no Norte, enquanto os ciclos da erva-mate e da pecuária bovina, mais prósperos e duradouros, estavam no Sul. Consequentemente, a população do Sul, que era a maioria, alegava sustentar a capital e em troca não receber aparato público.

Nesse sentido, o período de 1889-1930 foi marcado pela insuficiente dinâmica econômica e pouca integração do estado. A comunicação e transporte melhoraram, mas não chegaram a abranger todo território, trazendo maior integração do sul do Mato Grosso com São Paulo do que com a própria capital, alimentando o Divisionismo. Apesar das ascendentes elites sulistas predominarem economicamente, as elites cuiabanas dominavam politicamente.

Nesse contexto, no presente trabalho analisamos as práticas políticas das elites mato-grossenses durante a Primeira República (1889-1930), apresentando suas estratégias de manutenção do poder, recrutamento dessas elites e o processo de renovação e continuidade. Para isso, faremos uma apresentação de aspectos fundamentais ao período, tais como o Federalismo, Coronelismo. Em seguida, apresentamos as práticas políticas mais salientes destas elites, que foram os conflitos armados por eles empreendidos, bem como a aliança política. Para então, analisar as estratégias utilizadas para obtenção de seus objetivos, suas consequências para o estado e, finalmente, as considerações finais.

## **2- A Primeira República: Federalismo, Política dos governadores e Coronelismo**

No Brasil as ideias federalistas nasceram com os movimentos separatistas do século XIX. O federalismo sempre esteve intimamente ligado ao Regionalismo – o fenômeno caracteriza-se por uma pauta de comportamento político, na qual os atores regionais aceitam a existência do Estado-Nação, mas buscam o favoritismo econômico (LOVE, 1993). Posteriormente, o Federalismo ressurgiu com a bandeira liberal de Tavares Bastos e com a propaganda republicana, sendo institucionalizado na República de 1889 (ALCANTARA, 1993).

O Federalismo instaurado no Brasil difere dos demais países, tanto no que diz respeito a sua formação quanto a significação. Em países como Estados Unidos (ABRUCIO, 1998) e México (VÁZQUEZ, 1993), primeiro ocorreu a formação de unidades territoriais autônomas, e depois a da União. No Brasil inexistiam unidades territoriais autônomas, sendo formado primeiramente a União e depois as unidades federativas.

Além desta inversão, o significado do federalismo no Brasil é outro. Enquanto nos demais países, o Federalismo denota união para defesa comum, de unidades que primeiro se constituíram, para depois entrarem no consenso de se unir. Aqui a significação é estritamente ligada à autonomia, já que a formação do Federalismo brasileiro liga-se a sua contraposição ao centralismo monárquico. Primeiro formou-se a União sob o centralismo monárquico e depois as unidades se formaram na reivindicação pela autonomia.

Merece mencionarse el hecho singular de que Brasil es el único país de tradición federal en que el término federación, aún hoy, se indentifica com descentralización, en lugar de significar, como ocurrió em Estados Unidos y en los demás países, la organización de la unión (ALCANTARA, 1993. P.308).

A significação peculiar do Federalismo, ligada a autonomia e descentralização, fez com que a Primeira República concentra-se inúmeras competências aos estados<sup>2</sup>. Comparado com a Constituição argentina (1853, revisada em 1860), mexicana (1857 e revisada em 1917) e das outras repúblicas latino-americanas, o Federalismo brasileiro foi

---

<sup>2</sup> Os estados detinham a propriedade das minas e das terras devolutas, podiam realizar entre si ajustes e convenções, sem caráter político. Além de legislar sobre qualquer assunto que não lhes foi negado pela União, o que de fato permitia cobrar impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprio, organizar força militar (RESENDE, 2003, p.92).

o mais descentralizador (LOVE, 1993). Nestes dois países as províncias tinham restrições, como por exemplo, não podiam recrutar tropas. Enquanto que os estados brasileiros de São Paulo e Minas Gerais tinham tamanha força militar que podiam impedir a intervenção do governo federal.

Soma-se as várias atribuições dos estados conferidas no pacto federativo, a uma outra importante característica: a falta de interdependência entre as unidades federativas que acarretava no desequilíbrio federativo. Como citado, a feitura do novo regime liga-se as mudanças do eixo econômico ocorridas no país, ou seja, maior dinâmica econômica no estado de São Paulo, que anteriormente situava-se no estado do Rio de Janeiro e na região Nordeste. De modo que os paulistas tiveram participação ativa na feitura da República, e sobretudo, na condução da política nacional republicana. Assim, o estado de São Paulo e o de Minas Gerais eram mais fortes que a União e conduziram o país.

O desequilíbrio federativo mostrava-se na submissão que as demais unidades federativas tiveram perante estes dois estados. Os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, eram estados médios, influenciavam a medida que os dois estados condutores se desentendiam. Para os demais estados o governo federal era o mais forte, cabia a estes adaptarem-se ao cenário, pois mal podiam viver sozinhos, já que dependiam de verbas federais (ABRUCIO, 1998).

Deste modo, os estados não tinham o mesmo peso, e nas unidades federativas grupos oligárquicos comandavam a política estadual. Ou seja, além do poder dos estados na Federação serem absolutamente desiguais, dentro de cada estado havia uma segunda exclusão: restritos grupos controlavam a política. Assim, a Primeira República foi um período excludente, tanto politicamente quanto socialmente.

Este sistema fechado apresentava uma série de questões: privilégio das oligarquias, autoritarismo das elites, Federalismo desequilibrado, as reivindicações populares resolvidas com violência policial, eleições com controle de votos, fraudes e mecanismos de exclusão da oposição. Os problemas da Primeira República foram tantos, que até mesmo republicanos se decepcionaram e o povo não foi contemplado com o novo regime (QUEIROZ, 1977; CARVALHO, 1987).

Diante da restrita participação política, a Teoria das Elites - segundo a qual um grupo menor organizado governaria o todo maior desorganizado (GRYNSZPAN, 1996; MOSCA, 2007), elucida a dinâmica do período. Interessante destacar como o pensamento de um dos mais importantes presidentes republicanos, de Campos Salles, compactua

perfeitamente com a Teoria das Elites. Campos Sales acreditava que a direção política cabia a poucos e não a massa (CARONE, 1969), criou formas de eliminar a livre competição possibilitando, assim, o reino das oligarquias. Um de seus maiores legados foi ter formulado a “Política dos Governadores”.

A política objetivava encontrar algum modo de governar, já que a primeira década República foi instável, passando por golpe e contragolpe de Estado. O presidente queria achar uma fórmula capaz de gerar uma mínima estabilidade, que proporcionasse equilíbrio interno para governar. A política dos governadores girava em torno de um sistema de apoio, em que a competição foi quase eliminada e as oposições asfixiadas. No âmbito estadual somente assumia mandato aqueles que apoiassem o governo federal<sup>3</sup>.

O mesmo sistema de apoio e reciprocidade que existia entre a União e os estados – política dos governadores – existia entre os estados e os municípios, baseado no pacto coronelista. O coronel, nos municípios, era uma ponta na cadeia que ia até o presidente da República (CARVALHO, 1997). Assim, esse sistema de compromisso e alianças era a verdadeira sustentação do regime.

Nos municípios, os coronéis colocavam a disposição do governo estadual os votos que controlavam, tanto dos seus dependentes como o do resultado das alianças e do apoio conquistado. Em troca o governo estadual permitia que o coronel fosse o verdadeiro dono do município: indicava os ocupantes dos cargos públicos, tinha para seu uso pessoal a polícia, etc. A mesma configuração que se dava da esfera federal para a estadual ocorria da esfera estadual para municipal, assim governo federal:

[...] prometia-lhes carta branca dentro dos seus estados, desde que se comprometessem a só eleger deputados federais e senadores que estivessem de acordo com o governo federal...Era em escala federal, a mesma combinação existente no plano estadual, entre presidentes e coronéis: dá-me teu apoio e terás

---

<sup>3</sup> A política dos Governadores, conforme Cardoso (2006), consistia em 1º) Diante da independência dos Poderes prevaleceria a Presidência da República. 2º) O Legislativo não governa nem administrava, quem esclarece e dirige é o Executivo. O Legislativo necessitaria de direção do Executivo. 3º) É necessário encontrar uma forma de solidarização entre Executivos e as maiorias, afinal o mesmo sufrágio que elege um poder deveria eleger o outro poder. Assim, o presidente reconhecia a legitimidade das maiorias estaduais. 4º) Portanto, o governo federal deveria apoiar as maiorias estaduais e nunca as dissidências locais, de tal modo que a situação apoiava a política do presidente incondicionalmente. 5º) Na prática isto se viabilizava através da Comissão de Verificação de Poderes, responsável pela decisão em caso de dúvida sobre o mandato eletivo. Em outras palavras, só era eleito quem apoiava o governo, independentemente do número de votos. Dessa forma, a Comissão de Verificação de Poderes jogava as disputas, bem como a decisão e as insatisfações, do âmbito federal para o estadual. Assim, cabia aos estados a escolha de quem assumiria o poder. Antes, a diplomação era feita pelo deputado mais idoso, a partir de então a diplomação seria feita pelo presidente da Câmara anterior, um governista, garantindo que só assumiria quem fosse da situação, mesmo que fosse o menos votado.

carta branca. (QUEIROZ, 1977, P.122)

O coronel<sup>4</sup> não é mais o mandão político da colônia que exigia e conseguia o que queria da Coroa; ele está fraco, precisa do aparato público para exercer seu poder no município. Assim, apoiando o governo estadual, recebe em troca o controle os cargos públicos para distribuir suas graças e obter prestígio, persegue seus adversários utilizando a polícia, exerce ampla jurisdição sobre seus dependentes. No município, o coronel era livre para agir como queria, sabia que podia contar com o apoio ou a omissão do governo estadual, “o chefe local pode praticar o bem ou mal, com ação ou omissão do estado” (LEAL, 1975, p. 47).

Assim, sob essa intrincada configuração de Federalismo desequilibrado, que dava suporte à Política dos governadores e Coronelismo, as elites políticas de cada estado tiveram que atuar. Estas configurações institucionais são importantes, pois elas moldaram as preferências dos atores políticos em questão (STEINMO, 2008), além de limitar as suas ações. Então, é preciso considerar as origens, os impactos, estabilidades ou instabilidades dessas configurações (PIERSON; SKOCPOL, 2002).

Dessa forma, analisar a Primeira República significa levar em conta que a história não é uma cadeia de fatos independentes (STEINMO, 2008). Pelo contrário, fatos e decisões limitam os caminhos a serem trilhados no futuro, já que escolhas tomadas em um determinado momento A têm importância no momento B, no sentido de que retornar ao caminho inicial terá altos custos. Embora institucionalistas históricos sejam céticos quanto às possibilidades de mudança, pois as estruturas anteriores limitam o percurso a ser seguido no futuro, compreendemos a possibilidade de mudanças institucional conforme Crouch (2005). O autor critica a rigidez institucional e teoriza acerca da mudança e da atuação individual motor da transformação.

Nesse sentido, as práticas políticas das elites mato-grossenses foram moldadas por estruturas anteriormente construídas, existindo permanências como também mudanças. A

---

<sup>4</sup> Leal aponta características secundárias do coronelismo: o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos. O mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários. Ficar na oposição era uma posição desagradável, assim, todos brigavam por apoiar o governo. Já o filhotismo, se caracteriza na concessão de favores aos amigos, colocando-os em empregos públicos, o que gera a desorganização na administração já que, na maioria das vezes, os funcionários não são pessoas qualificadas, mas apenas os afilhados do coronel. Tanto o filhotismo como o mandonismo são as faces de uma mesma moeda, expressa na frase “[...] para os amigos pão, para os inimigos pau” (LEAL, 1975, p.39), o que elucida o caráter personalista descrito por Holanda (2009) do homem cordial, no qual as ações do coronel, assim como as do homem cordial, tanto boas quanto ruins, são baseadas na emoção.



atuação destes grupos pode ser relacionada com a compreensão que tinham das configurações institucionais que as limitava, empregando determinadas estratégias para alcançar seus objetivos. Quanto maior a compreensão da configuração institucional tinham as elites regionais maior era o sucesso, isto é, manutenção no poder. Casos exemplar, as elites mato-grossenses tratadas a seguir.

### **3- As práticas políticas elites mato-grossenses<sup>5</sup>**

O advento da República foi visto de forma otimista pelos mato-grossenses e as oligarquias viram uma oportunidade de ascender ao poder. Conforme Corrêa (2006) as famílias que dominaram o período foram os Ponce, Corrêa da Costa, Paes de Barros e os Murtinho. Ainda no Império, um nome que já se destacava era o de Generoso Ponce, prestigiado junto ao Partido Liberal. Enquanto que o ilustre mato-grossense, Joaquim Murtinho não teve o mesmo sucesso, tentou por várias vezes ser eleito deputado por Mato Grosso e foi preterido (FARIA, 1998).

Como em todo país, após a Proclamação da República os militares assumiram governos estaduais. Para Mato Grosso, Deodoro da Fonseca designou o general Antônio Maria Coelho. O primeiro presidente de estado<sup>6</sup> teve curto mandato (1889 -1891) devido a sua inabilidade política, gerando instabilidade ao estado. Logo que assumiu, tentou coordenar os dois grupos políticos que existiam no final do Império: um ligado ao Partido Liberal – formado por Generoso Ponce e Joaquim Murtinho -, e outro ligado ao Partido Conservador. Entretanto, o governador tinha ressentimentos do Partido Liberal<sup>7</sup>, qual era membro e optou por privilegiar o grupo vinculado ao Partido Conservador.

Diante da impossibilidade de um acordo entre as facções, Antônio Maria aglutinou apoio dos militares e formou o Partido Republicano Nacional (PRN). Como resposta, Generoso Ponce criou o Partido Republicano (PR), apoiado por Joaquim e Manuel Murtinho, Antônio e Pedro Celestino Corrêa da Costa e Antônio Azeredo. O primeiro governo estadual republicano foi marcado pelos conflitos entre o PRN e o PR.

Os embates entre o grupo do governador e as oligarquias, fizeram com que estas

---

<sup>5</sup> Para uma análise mais detalhada dos anos 1889-1906 ver dissertação de mestrado Arruda, Larissa R. V. Disputas Oligárquicas: as práticas das elites mato-grossenses (1982-1906).

<sup>6</sup> A Primeira República era tão descentralizada que até os nomes do chefe do executivo estadual variavam, em alguns estados eram chamados de governadores e em outros presidentes de estado.

<sup>7</sup> Antônio Maria Coelho não foi indicado pelo Partido Liberal na composição da lista tríplice do Senado Imperial, sendo preterido por Joaquim Murtinho.

mudassem a tática e fossem angariar seus objetivos no Rio de Janeiro. Joaquim Murinho pediu a demissão de Antônio Maria para o presidente da República, o que só ocorreu quando Deodoro certificou-se dos atos irregulares de prisões e demissões para perseguir opositores por parte de Antônio Maria (CORRÊA FILHO, 1969, p.584). O afastamento foi decretado em dezembro 1890.

Como existiam dificuldades de comunicação, Antônio Maria continuou no governo até 15 de fevereiro de 1891. Enquanto isso, as eleições estavam marcadas para janeiro daquele ano, e tiveram a vitória do PRN de Antônio Maria. Em fevereiro, Deodoro designou para assumir o governo estadual o coronel Frederico Sólton de S. Ribeiro, que anulou a eleição de janeiro e marcou uma nova em maio de 1891.

Na eleição de maio de 1891, a vitória foi do PR e para o governo estadual foi eleito Manuel Murinho. A autoridade designada por Deodoro no estado confirma a validade da eleição de maio e o primeiro presidente constitucional assumiu em 15 de agosto. Contudo, ainda viriam maiores instabilidades advindas da capital federal. No Rio de Janeiro, Deodoro dá o golpe, pouco tempo depois, renunciou. Então, Floriano Peixoto assumiu a presidência da República. Este momento de tensão foi utilizado pelos grupos políticos locais e uma série derrubadas de governadores iniciou-se em 1891 e 1892 em todo país.

No Mato Grosso, o grupo derrotado nas eleições de janeiro de 1891 depõe Manuel Murinho. Entre eles estão o major Caetano de Faria e Albuquerque, Benedito Pereira Leite, e o bacharel Costa Marques. Todos eram do PRN, chefiado por Antônio Maria. Para evitar a perda do controle político por seu grupo, Ponce arregimentou homens para a luta armada. Ponce soube capitalizar o apoio de Floriano Peixoto (CORRÊA, 2010), alegando quebra de hierarquia dos militares acima citados, decisiva para a vitória da oligarquia.

Generoso Ponce conseguiu através da luta armada fazer com que seu grupo voltasse ao poder e Manuel reassumiu o governo estadual. A Disputa Oligárquica de 1892 marcou o longo período de dominação de Joaquim Murinho e elevou Ponce a posição privilegiada de liderança política estadual. “Inteligentíssimo, nenhum outro chefe político gozou em Mato Grosso de prestígio igual ao seu” (MENDONÇA, 1973, p.246).

A configuração de aliança entre Ponce e Murinho estendeu-se até 1898, quando a costura para o nome a concorrer na eleição do governo estadual gerou atritos. Já faziam anos dos acontecimentos de 1892 e a gratidão dos Murinho foi se transformando em atrito diante do prestígio que Ponce detinha no estado. Chefe da maioria, Ponce acreditou não precisar mais dos Murinho e não os chamou para participar da indicação do nome do

próximo governador. Entretanto, naquele momento Joaquim Murтинho era o ministro da Fazenda do presidente Campos Sales. Ponce baseava em sua legitimidade de líder, o que garantiria o cumprimento da política de Campos Sales, isto é, o governo federal não intervir nas maiorias estaduais.

Nesse contexto, nas eleições de 1899, o grupo do Partido Republicano se cindiu: Azeredo e os Correa da Costa apoiaram o candidato de Ponce, João Félix do Partido Republicano Conservador. Os Murтинho apresentaram outro candidato, José Maria Metelo, pelo Partido Republicano Constitucional, sendo apoiados pelo coronel Antônio Paes de Barros. O resultado da eleição confirmava a posição de Ponce como chefe da maioria no estado.

No entanto, Generoso Ponce subestimou a influência de Joaquim Murтинho perante o presidente da República. Em Mato Grosso, o coronel Antônio Paes de Barros arregimentou homens e sitiou Cuiabá. A Assembleia Legislativa daria diploma ao governador eleito, mas Antônio Paes cercou a Assembleia impedindo a diplomação e ofereceu um acordo: a garantia da vida dos envolvidos em troca da anulação do resultado da eleição. O governo federal, que segundo a Constituição de 1891, deveria prestar auxílio aos estados quando solicitados, simplesmente se esquivou, permitindo que o resultado da eleição não fosse garantido. Campos Sales contrariou a política que criou e abriu exceção para o Mato Grosso, privilegiando o comando político de Joaquim Murтинho, que executava importante política economia nacional.

Sem alternativas, as eleições foram anuladas e começariam os anos de ostracismo político daquele grupo, que emigrou para o Paraguai. A Disputa Oligárquica de 1899 coroou Antônio Paes como o novo chefe da política estadual, que passou a influenciar em todo esse período. Em 1903, Antônio Paes de Barros assumiu o governo de Mato Grosso, com apoio dos Murтинho.

Mas a aliança não duraria muito, tão logo iniciou seu mandato vieram os atritos. A expectativa dos Murтинho era que o governador executasse seus pedidos, mas não foi o que aconteceu. A primeira contrariedade veio com o Tratado de Petrópolis. Joaquim Murтинho fazia acirrada oposição ao presidente Rodrigues Alves no Senado e o presidente queria aprovar o tratado sobre a incorporação do Acre ao Brasil, que previa a compra do território boliviano e troca de terras de Mato Grosso para Bolívia.

Como o estado estava envolvido, Rodrigues Alves pediu para Antônio Paes apoiá-lo. Enquanto Joaquim Murтинho pediu ferrenha oposição ao tratado, o governador decidiu

apoiar o presidente da República. Porém, em Mato Grosso, a perda de terras para a Bolívia causaria grande insatisfação da população com o governador.

Antônio Paes seguiu impondo contrariedade aos Murtinho, preferindo sempre aliar-se a Rodrigues Alves. O governador não percebeu sua total falta de sustentação local, apoiando-se apenas na esfera federal, em um momento que o governo federal não conseguira penetrar no estado, que ainda tinha difícil acesso. Paralelamente, Ponce havia voltado para o país e se estabeleceu em Corumbá. Em 1906, Ponce e Manuel Murtinho se encontraram e retomaram a aliança política.

Iniciava-se, assim, a Disputa Oligárquica de 1906, o antigo grupo rival uniu-se contra o governador Antônio Paes. Novamente chefiando um movimento armado, Generoso Ponce, com auxílio dos Correa da Costa, Costa Marques e muitos líderes locais, somado ao apoio no Rio de Janeiro de Joaquim Murtinho, Antônio Azeredo e Metelo, destituíram o governador de seu cargo, resultando no assassinato de Antônio Paes.

A Disputa Oligárquica consolidou a antiga aliança de Ponce e Murtinho até 1911, ano que ambos morreram. Após esse período, as lideranças que já participavam de toda a configuração política republicana, mas eram ofuscadas por aqueles mandões locais, assumem o predomínio estadual. Pedro Celestino Corrêa da Costa assumiu a política local tendo que rivalizar com o prestígio de Azeredo.

Em 1911, o aliado de Ponce, Costa Marques assumiu o governo estadual, no qual Antônio Azeredo não teve dificuldades de conduzir a política. Em contrapartida, no ano de 1915, o general Caetano de Faria e Albuquerque assumiu o governo e vivenciou grave crise que resultou na Disputa Oligárquica de 1916, culminando na intervenção federal de 1917. Os atritos decorriam da disputa pelo predomínio político entre Pedro Celestino e Antônio Azeredo (ARRUDA, 2013).

Para compreender o conflito é preciso deter-se na questão da Companhia Mate Laranjeira<sup>8</sup> e o posicionamento dos mandões locais. Desde o Império a Companhia

---

<sup>8</sup> A Companhia tem uma história complexa, que remonta ao período do Império. O mate sempre foi utilizado pelos índios guaranis, bem como nas missões jesuíticas no Paraguai (CORRÊA FILHO, 1925). Os ervais nativos localizavam-se no sul de Mato Grosso. Sua exploração foi oficializada depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), após demarcação das fronteiras. A comissão demarcatória foi chefiada pelo coronel Rufino Enéias Gustavo Galvão, cujo período estendeu-se de 12 de agosto de 1872 a 24 de outubro de 1874. Acompanharam a comissão dois gaúchos, Thomas Laranjeira e Ernesto Paiva, que fornecia aos oficiais sua alimentação. Thomas, observando os ervais nativos, apoderou-se das terras na extensão de Ponta Porã a Bela Vista e, com a ajuda de alguns conterrâneos, começou explorar a erva-mate. Em 1882, Thomas obtém licença para explorar as terras devolutas no sul do estado. Em 1892, juntam-se ao empreendimento a família

conseguia sucessivas permissões para extrair erva-mate das terras devolutas ao sul do estado. Na Primeira República entre os anos de 1908-1912, a Companhia tentou a prorrogação do arrendamento de terras. Não obstante, Generoso Ponce se opôs em 1908<sup>9</sup> e Pedro Celestino fez o mesmo em 1912<sup>10</sup>. A favor da Companhia sempre estiveram os Murtinho e Antônio Azeredo, mas nada fora resolvido.

O cenário se altera com as mortes de Ponce e Murtinho em 1911, a partir daí, a prorrogação do prazo de exploração dos ervais pela Companhia esteve sempre no epicentro dos desentendimentos entre Pedro Celestino e Antônio Azeredo. Tais atritos levam Pedro Celestino a fundar um novo partido em 1913 (CORRÊA, 2006), o Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG). E Antônio Azeredo permaneceu no comando do Partido Republicano Conservador (PRC).

A situação entre Pedro Celestino e Azeredo se agrava no governo do general Caetano. O general eleito pelo PRC passou a tomar medidas favoráveis ao PRMG, de Pedro Celestino. O desentendimento do governador Caetano com o PRC é explicado por Alves (2002) sendo fruto da não obediência do governador ao partido, ou melhor, a Azeredo. Assim, Caetano passou cada vez mais a contar com Pedro Celestino enquanto sofria grave oposição da Assembleia, em sua maioria do PRC.

Mais um agravante foi a Lei 725, de setembro 1915, que definiu que o arrendamento “seria contratado com a Empresa Laranjeira, Mendes e Cia, ou com quem nas mesmas condições de idoneidade, melhores vantagens oferecer” (CORRÊA FILHO, 1969, p.605). A Lei acabava com o monopólio da Companhia sobre as terras do sul do estado. Para Alves (2002) a Companhia participa da luta armada de 1916 na expectativa de que essa lei não fosse executada, embora a empresa tivesse vários privilégios do governo estadual, esse foi o primeiro passo nesse sentido (QUEIROZ, 2009; 2010).

Naquele ano as relações entre o Executivo e Legislativo estadual passaram por contínuos atritos. Os deputados estaduais acusaram Caetano de crime de responsabilidade, em contrapartida, o governador mandou prender deputados. Os representantes do Legislativo solicitam *habeas corpus* e a Assembleia passa funcionar protegida pelo

---

Murtinho, quando forma-se a Companhia Mate Laranjeira. A erva-mate foi o principal produto da economia do estado na primeira República.

<sup>9</sup> Nos períodos anteriores, a Companhia era defendida por Joaquim e Manuel Murtinho enquanto Generoso Ponce queria arrendar as terras as dividindo 450 hectares cada (CORRÊA FILHO, 1969).

<sup>10</sup> De acordo com Alves (2002), o motivo da oposição de Pedro Celestino era seu interesse em quebrar o monopólio sobre as terras devolutas, pois seu irmão Antônio Corrêa da Costa trabalhava para empresa Estieime, que tinha interesse na região.

Exército (MENDONÇA, 1974). Os deputados alegavam que Caetano formou batalhões civis e foram espancados os adversários do governo. A Assembleia pretendia processar Caetano, mas em julho de 1916 foi ocupada por capangas.

O ápice das hostilidades ocorreu quando o Hotel Cosmopolita, onde se hospedavam deputados dos PRC, favoráveis a Azeredo, foi invadido e os ameaçaram de morte (ALVES, 2002; MENDONÇA, 1974). Assembleia transferiu-se para a cidade de Corumbá e em 06 de novembro de 1916, os deputados aprovaram por unanimidade perda de mandato de Caetano, sendo o 2º vice empossado em Corumbá.

Diante do *impeachment*, Caetano conseguiu *habeas corpus* para manter-se no governo do estado, gerando duplicidade de governo – em Cuiabá e Corumbá. Enquanto a guerra jurídica acontecia, desde julho os dois grupos lutavam. De acordo com Mendonça (1974) o batalhão da polícia do sul se rebelou, os coronéis do PRC e trabalhadores da Companhia armaram-se. Do outro lado, a favor do governo estadual, foi mobilizado as forças de seringueiros, garimpeiros e usineiros sob o comando de José Morbeck e Palmiro Paes de Barros. Conforme Alves (2002), as forças governistas tiveram maior número de vitórias.

No Rio de Janeiro, o senador Antônio Azeredo tentou que o presidente Wenceslau Brás decretasse a intervenção federal, mas este não consentiu. Azeredo, então, emprega outra tática, convence o governador de São Paulo, Rodrigues Alves, apoiá-lo na intervenção em Mato Grosso, em troca do apoio na sucessão paulista. Rodrigues Alves e outros governadores escrevem para Wenceslau e comentaram as arbitrariedades ocorridas no estado, assim, o presidente decide intervir.

Wenceslau Brás enviou para Mato Grosso general Luis Barbedo para propor acordo pra o conflito: renúncia do governador e seus substitutos legais. Em 10 de janeiro de 1917 foi decretada intervenção federal no estado, assumindo o interventor federal Camilo Soares. A intervenção surgiu do acordo entre PRMG, PRC, Assembleia e Caetano, quando estabeleceu-se a renúncia todos deputados, governador e vices. O general Caetano ainda tentou *habeas corpus* para continuar governar, o que foi negado por unanimidade.

Os atores políticos em questão começaram a tecer um acordo para as eleições em novembro de 1917. Ainda segundo Alves (2002), depois de algumas indicações dos dois

partidos, o PRC indica Dom Aquino Corrêa<sup>11</sup>. O religioso católico detinha prestígio no estado e apoio do Partido Republicano Paulista, do mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e do presidente da República. Entretanto, em Mato Grosso a candidatura sofreu oposição dos partidos, dos protestantes, espíritas, membros dos cultos afros, da loja maçônica Acácia de Cuiabá e do Marechal Rondon. Diante desse quadro, Dom Aquino informou ao presidente da República que só assumiria se Pedro Celestino e Antônio Azeredo concordassem (ALVES, 2002).

Mediante a concordância dos dois mandões locais, o acordo de 1917 estabeleceu chapa única para eleições formada por: D. Aquino Corrêa, 1º vice: Antônio Ferrari, 2º vice: Francisco Paes de Oliveira. Para Assembleia Legislativa, cada partido votaria em 14 nomes e 4 de indicação de D. Aquino. Para Câmara Federal, ambos partidos votariam em dois nomes e, a vaga do Senado ficaria com o PRMG (MENDONÇA, 1974, p.128). Então, em janeiro de 1918 Dom Aquino assumiu governo estadual.

O estado ainda enfrentou episódios de violência até a Revolução de 1930, mas a partir de 1918 todos governadores conseguiram finalizar seus os mandatos. Antes de 1918, somente Manuel Murinho (1891-1894) e Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915) conseguiram terminar o período de governo (FANAIA, 2010). Depois da intervenção federal, as elites políticas estabeleceram um acordo prévio antes das eleições, alterando as estratégias de obtenção do mando político.

Composição das Elites Políticas durante as Disputas Oligárquicas		
1892	Partido Nacional Republicano	Partido Republicano
	Antônio Maria Coelho, Caetano de Faria e Albuquerque, Benedito Pereira Leite, Joaquim Augusto Costa Marques	Generoso Ponce, Pedro Celestino e Antônio Corrêa da Costa, Antônio Azeredo, Manuel e Joaquim Murinho
1899	Partido Republicano Conservador	Partido Republicano Constitucional
	Generoso Ponce, Pedro Celestino e Antônio Corrêa da Costa, Antônio Azeredo	Antônio Paes de Barros, Manuel e Joaquim Murinho, José Maria Metelo
1906	Partido Republicano Constitucional	A Coligação

<sup>11</sup> Formou-se em Teologia em e defendeu doutorado em Roma. Foi arcebispo de Cuiabá em 1919 e membro da Academia Brasileira de Letras.

	Antônio Paes de Barros	Manuel e Joaquim Murtinho, José Maria Metelo, Generoso Ponce, Pedro Celestino e Antônio Corrêa da Costa, Antônio Azeredo
1916	Partido Republicano Mato-Grossense	Partido Republicano Conservador
	Caetano de Faria e Albuquerque Pedro Celestino Corrêa da Costa	Antônio Azeredo, Benedito Pereira Leite, Joaquim Augusto Costa Marques

#### 4- Elites políticas

Antes da caracterização das práticas mais salientes das elites de Mato Grosso, feita na próxima sessão, é necessário esmiuçar o conceito de elites para evitar que a imprecisão conceitual resulte em assertivas errôneas. Existem dois trabalhos que tratam da política mato-grossense no período da perspectiva das elites políticas: *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato-Grosso)* (1988), de Maria Manuela Renha de Novis Neves e *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)* (2010), de João Edson de Arruda Fanaia.

A obra de Neves (1988) tem o mérito de desbravar a temática da política no estado, tendo como objeto a Democracia 1945-1964, a autora esboça os quadros anteriores do período em questão. Ainda que com a utilização da teoria elitista, bem como das obras de Robert Dahl (1958) e Wright Mills (1975), Neves não consegue se apropriar do debate destes autores, imprescindível para definição dessas elites.

Igualmente, a obra de Fanaia (2010) tem a importância de ser uma das primeiras a se deter especificamente na Primeira República, bem como seus esforços mapear e reunir ampla pesquisa em diversos arquivos do país. Entretanto, se Fanaia (2010) critica Neves (1988) por não ter dado a devida atenção às fontes históricas, acreditamos que ambos autores são prejudicados pela compreensão que têm do seja a elite no estado.

A natureza da elite foi discutida por Wright Mills (1975) e Robert Dahl (1958), o primeiro autor acreditava que a elite caracterizava-se por ser monolítica. Enquanto Dahl defendia a pluralidade das elites, criticando duramente Mills. Para Dahl, Mills acredita que a formação da elite decorre do processo democrático, ou seja, a elite é formada pelos que foram eleitos. Dahl ainda afirma que essa forma de perceber a elite faz com que ela mas se



pareça com uma entidade metafísica e oculta, defendendo que não basta ser eleito para se configurar em uma elite governante.

Para resolver a questão, Dahl propõe um teste para delimitar a elite governante através da resposta de duas perguntas: 1) As preferências dos governantes são iguais às dos governados? 2) Se for diferente qual prevalece? Se houver diferença na preferência entre governantes e governados e prevalecer a vontade dos governantes, caracteriza-se uma elite governante. Portanto, o simples fato ser eleito não constitui uma elite, é necessário que na divergência de preferências não seja feita a vontade dos governados e, sim dos governantes.

Aproveitando a crítica do simplismo de considerar os eleitos uma elite, e adaptando ao Brasil, país em que a família tem uma importância significativa na constituição do tecido social e, pessoalismo (HOLANDA, 2007) e mandonismo (FERYRE, 1963; QUEIROZ, 1976) fazem parte da formação político social, acreditamos que um período marcado pelo domínio pessoal não comporta a definição de elite significando apenas os eleitos. É exatamente isto que os dois autores fazem, o que é agravado ao desconsiderarem as configurações do coronelismo e do federalismo como um todo, gerando afirmações equivocadas.

Deste modo, acreditamos que as elites no estado de Mato Grosso formaram-se através da dominação pessoal de líderes, dentro dos quadros limitados de atuação pelas instituições do período. É preciso considerar a posição do estado em um quadro maior das configurações de poder na Federação. Se não o procedermos, cairemos nas repetidas análises que generalizam a situação de uma unidade federativa para todo o país, excluindo toda complexa dinâmica.

Assim, é equivocado afirmar que a União era mais fraca que os estados, já que esse era o caso da minoria dos estados – como São Paulo e Minas Gerais. Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco eram importantes no sentido que poderiam desequilibrar os arranjos de poder. Da mesma forma, não é possível falar em um “Poder Central” como do Império ou caracterizar o Brasil como um Estado Unitário, centralizador como dá a entender Fanaia (2010) ao não pontuar a situação da Federação. Isso posto, havia um Federalismo desequilibrado, em que os estados não tinham o mesmo poder.

No caso de Mato Grosso havia uma complexa relação entre a esfera federal e a estadual, sendo o estado fraco diante da União, já que dependia de receitas federais. O que não significa afirmar que seja a mesma situação do Império, pois enormes poderes foram descentralizados para os estados, principalmente a escolha do governo estadual. Quando

afirmamos que Mato Grosso era mais fraco que a União, logo, mais suscetível as interferências federais, não excluimos a atuação das elites nas intervenções federais, aproveitando de sua influência nessa esfera para cumprir sua vontade no estado. Portanto, as intervenções federais não são movimentos simplistas do governo federal, já que as elites estavam presentes nesse movimento angariando resultados para si.

Também compreendemos a relação dessas elites com o Estado conforme (Leal,1975), e não como polaridades intransponíveis. Assim, os atores privados e a esfera pública se imiscuíam em um compromisso favorável a ambos. Tendo em vista essas considerações, acreditamos que a elite de Mato Grosso constituía-se daqueles que mandavam através da dominação pessoal, reunindo vários coronéis. Assim, a elite era bem menor do que o número dos representantes eleitos, já que eram os mandões locais, inclusive, que decidiam os nomes a concorrer nas eleições.

A dominação pessoal no estado apresentava ainda mais um componente advindo do federalismo desequilibrado, responsável pelos inúmeros conflitos. A posição subalterna perante a Federação, que permitiam as intromissões federais, fez com que fosse necessário aos mandões locais do estado atuar no Rio de Janeiro, nos quadros da esfera federal. Assim, conforme Menezes (2001), por diversas vezes o que era feito em Cuiabá era desfeito no Rio de Janeiro.

Tendo em vista esse equilíbrio delicado, considerando os anos de 1891 a 1930, a política mato-grossense apresenta um padrão: boa parte das vezes que um cuiabano ocupou determinado cargo (ministro, senador) na esfera federal, ele influenciou decisivamente no seu estado natal. Entretanto, no estado sempre existiu determinado político cuiabano, que com variável grau de prestígio, rivalizou com o primeiro. A tensão política entre cuiabanos foi mediada pela influência que tinham nos âmbitos estadual e federal. Foi o que ocorreu com o Joaquim Murтинho, ministro de Campos Salles, e o político local Generoso Ponce. Igualmente entre o senador Antônio Azeredo e o Pedro Celestino.

Consideramos esses nomes o seletivo grupo que decidia rumos do estado de Mato Grosso, em uma intrincada relação entre as esferas federal e estadual. Para constituir uma carreira de prestígio no Rio de Janeiro, Joaquim Murтинho e Antônio Azeredo precisavam ter no estado nomes de confiança para executar sua vontade, mas essa dominação não era tão simplista como afirma (FARIA, 1998) em que o Mato Grosso era a “República dos Murтинho”. No estado existiam configurações locais complexas, com lideranças pessoais de vários graus, conforme QUEIROZ (1977) existiam os que controlavam 200 eleitores

aos mandões nacionais. As tensões entre os mandões mato-grossenses no Rio de Janeiro<sup>12</sup> e os líderes locais foram as principais razões para as Disputas Oligárquicas.

A Primeira República em todo o país foi instável e repleta de conflitos armados. Em Mato Grosso, o período foi marcado por saques a cidades (como em Santana do Parnaíba, hoje no Mato Grosso do Sul), eliminação dos opositores (massacre da baía do Garcez, em 1901), ação de bandos armados pela região (o mais famoso foi o do bandoleiro Silvino Jaques), luta entre coronéis por poder, por terras e outros bens, além de conflitos armados reivindicando a divisão do estado (em 1907, feito pelo coronel Bento Xavier). Até que, em 1917, houve uma intervenção federal encerrando a estratégia da luta armada com finalidade de ascensão política e econômica (CORRÊA, 2006, p.137).

Nesse cenário, as práticas políticas mais salientes foram os conflitos armados pelo poder, chamados pela literatura de “Revoluções”. Porém, optamos pela denominação Disputas Oligárquicas<sup>13</sup>, pois não tiveram apoio popular, que se saiba, nem significaram rupturas na sociedade, mas pelo contrário, as disputas ocorriam para a manutenção da ordem – as elites não cogitavam dividir o poder com o povo. De acordo com Fernandes (1984, p.8), uma revolução é uma “... mudança que mexe nas estruturas, que subverte a ordem social imperante da sociedade”.

A falta de evidências de participação popular deve-se ao próprio caráter restrito do período, assim, as Disputas Oligárquicas foram confrontos entre as elites. A população estava totalmente alijada do processo, conforme Carvalho (1987), a consolidação da República ocorreu com o mínimo de participação eleitoral e sobre a exclusão popular.

A população tinha que se posicionar entre um dos lados, o poder emanava das elites. Somente os pequenos grupos disputavam o poder, o que poderia ocorrer mediante um acordo prévio – como o compromisso coronelista e a política dos governadores – ou pelo conflito armado, geralmente a única opção das oposições. A oposição era uma posição desconfortável que era revertida geralmente pelo confronto, haja vista o contexto de governismo, pois os votos contavam pouco. Os opositores não chegavam a se eleger, já que eram “degolados” pela Comissão de Verificação de Poderes, mesmo tendo o maior

---

<sup>12</sup> Não significa afirmar que tinham grande poder nacional, e sim certa influência no âmbito federal e decisiva em Mato Grosso.

<sup>13</sup> Carone (1970) explicita que no Brasil o conceito de oligarquia, governo da minoria, ganhou o significado de um governo baseado na estrutura familiar. A diferença de um coronel para um oligarca é a magnitude de seu poder, o coronel está no âmbito local, e o oligarca tem poder de alcance estadual. O oligarca é um coronel, ou um representante dele.

número de votos.

As Disputas Oligárquicas também se caracterizam pela participação direta das oligarquias que detinham real probabilidade de conquista, isto é, as oligarquias cuiabanas. Estudar o período significa passar pelo regionalismo, que resultou posteriormente no divisionismo. Assim, os anseios pela divisão do estado de Mato Grosso começaram devido à percepção de que somente a capital Cuiabá detinha os benefícios, conforme Corrêa (2006) e Bittar (2009), a história de Mato Grosso por muito tempo se resumiu à história de Cuiabá. Os privilégios que detinha a capital também se verificavam na política, o poder político do extenso estado concentrava-se na cidade. As oligarquias cuiabanas se digladiavam para obter o poder estadual, os coronéis das outras partes do estado não tiveram chances. Desta forma, durante todo o período verificamos claramente o predomínio das oligarquias cuiabanas.

Por conseguinte, nos anos estudados o centro da política era Cuiabá, a configuração política de todo estado tinha como referência o que ocorria na capital. A maioria dos coronéis do sul se compunha com os do norte, com Generoso Ponce ou Antônio Paes de Barros, as demais regiões se mantinham subordinadas, portanto, à capital.

Outra característica proeminente das Disputas Oligárquicas é que elas marcam as rupturas dentro dos próprios grupos oligárquicos, alterando o arranjo então no poder. Foi o que ocorreu nas Disputas Oligárquicas dos anos 1892, 1899, 1906 e 1916, esta última gerou a intervenção federal, bem como aprendizado para definir as estratégias das elites.

Dessa forma, nas Disputas Oligárquicas observamos os cuiabanos Generoso Ponce e Joaquim Murтинho, ambos com seus respectivos grupos, unirem-se contra os militares) em 1892; mediram forças em 1899; e aliaram-se contra Antônio Paes em 1906. Com espaço vazio aberto com as mortes Generoso Ponce e Joaquim Murтинho em 1911, a vaga da chefia política local foi preenchida por Pedro Celestino e Antônio Azeredo.

Interessante notar que, independente dos quatro nomes apontados estarem ocupando mandatos eletivos ou não, eles foram “elemento socioeconômico polarizador” (QUEIROZ, 1977). Assim, exerciam o poder, escolhiam os nomes que “concorreriam” nas eleições, decidiam contendas e ainda exerciam influencia mesmo estando na oposição (sem menor possibilidade de exercer cargos eletivos), casos de Ponce e Pedro Celestino.

As Disputas Oligárquicas foram, então, conflitos entre as elites cuiabanas pelo domínio político estadual. Não havia nenhuma alteração na ordem dos privilégios das oligarquias, a alteração que ocorria era a circulação das elites no poder, em detrimento da

participação popular e das instituições democráticas, já que por Disputas Oligárquicas era desrespeitado resultado de eleições e/ou desfeito governos legalmente já constituídos. As Disputas Oligárquicas significaram a alternância de grupos e até mesmo a divisão das elites.

## **5- Estratégias de manutenção de poder em um restrito meio de atuação**

As práticas políticas das elites mato-grossenses foram basicamente duas: o enfrentamento através de Disputa Oligárquica ou aliança política. No período de 1889 a 1906 predominou o enfrentamento, que culminou em três Disputas Oligárquicas, conseqüentemente, o assassinato do governador, não manutenção dos resultados das eleições e não permanência no poder do governo instituído. Não significa que não houveram acordos ou tentativas, mas a união dos mandões políticos Generoso Ponce e Joaquim Murtinho esteve permeada pelo enfrentamento.

Foi somente a partir do ano de 1906 que os nomes mais importantes da política mato-grossense percebem a importância da aliança e mantiveram o acordo até o fim de suas vidas. Igualmente, não significa que não houveram tensões, mas sim que ambos primaram pelo acordo e manutenção da aliança e, principalmente, Ponce e Murtinho cederam para continuar unidos. Os coronéis compreenderam que juntos poderiam ter o comando político de Mato Grosso, mas separados perderiam esse poder.

Tanto Murtinho necessitava de alguém no estado para cumprir sua vontade, como Ponce entendeu que diante configuração política de Mato Grosso, de contínuas intervenções federais, não poderia lutar contra Murtinho. A experiência mostrou a ambos que era melhor dividir o poder com antigos aliados que fazer novas e ariscadas alianças, como a dos Murtinho com Antônio Paes.

Entretanto, a morte dessas lideranças põe fim aos acordos, Pedro Celestino e Antônio Azeredo nada aprenderam com os anos lutas e instabilidades. Lutando por seus interesses econômicos e mando do estado, os dois envolveram Mato Grosso em uma nova luta armada, não importando se a consequência fosse a intervenção federal. Não era a primeira vez que tentou-se decretar a intervenção federal no estado. Em 1899, Ponce, diante das tropas de Antônio Paes, exigiu a anulação da eleição, como era presidente da Assembleia Legislativa pediu intervenção federal, contudo, os senadores mato-grossenses

trabalharam pela sua não aprovação no Congresso Nacional. Novamente, em 1906 Rodrigues Alves clamou pela intervenção federal quando o governador em exercício foi assassinado, mas novamente os senadores não permitiram<sup>14</sup>.

A intervenção federal foi um aprendizado para as elites políticas: ou perderiam qualquer autonomia sobre o controle político de seu estado ou resolveriam suas diferenças e juntas governariam. Foi exatamente o que as lideranças tiveram de compreender, ainda que conflitos violentos, rompimentos políticos e criação de partidos segundo a vontade do líder não deixassem de acontecer. O maior aprendizado foram as alianças mantidas para que os governadores conseguissem terminar seus governos a partir de então, e não houvesse mais Disputas Oligárquicas.

Foi com muita dificuldade que os parlamentares e os mandões locais compreenderam que o acordo político era única forma de impor alguma pauta de Mato Grosso, ou sua própria predominância. Os parlamentares mato-grossenses, comandados pelas lideranças pessoais, tinham restritos meios de atuação. O estado não tinha peso perante a Federação, a melhor forma de angariar as pautas imprescindíveis para o estado (melhores comunicações, melhores meios de transporte) seria manterem-se coesos. Segundo a Política dos Governadores, as questões locais não incomodariam a presidência da República, se digladiariam e o vencedor seria apoiado.

As elites regionais de vários estados imbuíam-se nos confrontos armados locais, enquanto isso, os estados que se mantiveram mais coesos – ainda que existisse dissidências-, facilmente guiaram a Nação. O Partido Republicano Paulista foi exemplar nesse sentido. Este partido já estava organizado desde o Império e participou tanto da propaganda republicana como na queda do regime e principalmente na condução da política nacional na República. Assim, enquanto o PRP era forte e relativamente coeso, o republicanismo dos demais partidos era frágil, fragmentado, cheio de disputas e baseado em lideranças pessoais.

Nesse sentido, conforme já citado, as elites políticas de Mato Grosso advinham da capital Cuiabá. Assim, não consideramos as regiões de Rondônia e do Mato Grosso do Sul,

---

<sup>14</sup> Lembrando que de acordo com a Constituição Federal de 1891:

Art 6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

1º ) para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

2º ) para manter a forma republicana federativa;

3º ) para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, **à requisição dos respectivos Governos;**

4º ) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

(BRASIL, 1891, grifo nosso)

já que estavam subordinadas às elites da capital. O estado teve vários exemplos de dominação familiar de longa duração: os Corrêa da Costa, Ponce, Murtinho, Müller.

Os Corrêa da Costa mantiveram-se por longo período no poder estadual, família que teve membros que ocuparam a direção do executivo estadual e legislativo desde o Império (1822-1889) até 1966, mas não de modo contínuo e ininterrupto. Embora os Corrêa da Costa fossem recorrentes na política do estado, no início da Primeira República, entre os anos de 1889 até 1911, as referências centrais foram as famílias Ponce e Murtinho.

Após suas mortes, Pedro Celestino Corrêa da Costa e Antônio Azeredo continuam as disputas. Da mesma forma, no período subsequente dos anos 1945-1964, Fernando Corrêa da Costa polarizava a competição com Filinto Müller, o chefe de polícia de Getúlio Vargas. Fernando nunca perdeu uma eleição para o governo do estado, embora Filinto sempre ganhasse eleição para Senado Federal.

Quanto às estratégias de manutenção de poder, as elites tiveram de se adaptar as constantes mudanças, inclusive o cerceamento de seu poder. Podemos destacar, como as mais frequentes, três modos de fazer alianças: união com o mais forte, casamento e compartilhamento do poder.

A aliança que procede da união de político com menor prestígio e/ou decadente com político mais forte foi constantemente utilizada, inclui-se também aqui o apadrinhamento. Na Primeira República, políticos com poder relativamente menor deveriam se aliar aos maiores para manter-se no sistema coronelístico. Posteriormente a década de 1930, as famílias decadentes, como os Ponce, tiveram de aliar-se com famílias em ascensão, os Müller. A estratégia utilizada na aliança dos Ponce aos Müller foi tanto o casamento quanto a união ao grupo mais forte.

O casamento, forma de união política muito praticada, já que a família se constituía como um grupo econômico e político (Queiroz, 1976). Assim, o casamento era uma forma de fazer alianças políticas, os parentes constituíam um suporte para as empreitadas de seus líderes. O principal exemplo é o casamento de Maria de Arruda Müller, neta de Generoso Ponce, com Júlio Müller. A união entre os Müller e os Ponce possibilitou que a família decadente dos Ponce, porém tradicional na política, tivesse suporte para competição política. Os exemplos são o governo de João Ponce de Arruda (1956-1961) (irmão de Maria Müller e neto de Ponce), bem como deputado federal Generoso Ponce Filho (1933-1937). Ambos tiveram o apoio da família Müller para suas carreiras políticas.

Outra forma de aliança política foi o compartilhamento de poder, quando dois

mandões locais perceberam que não podiam excluir um ao outro e seria mais vantajoso a união que o enfrentamento direto. Os exemplos são Generoso Ponce e Joaquim Murтинho, que tiveram que atuar na conjuntura delicada de um estado hierarquicamente nas posições subalternas, com interferências federais frequentes. Murтинho sabia usar sua influência no Rio de Janeiro para decidir a situação de seu estado natal, contudo, tal interferência não ocorria de forma mecânica, pois no Mato Grosso havia um político carismático que detinha a obediência da maioria dos chefes locais, Generoso Ponce. Assim, Murтинho necessitava ter alguém no estado para executar sua vontade e Ponce nunca pôde enfrentar a força de Murтинho, então, Joaquim Murтинho alia-se a Ponce. A união durou de 1906 até suas mortes em 1911.

Caso similar de compartilhamento de poder ocorreu com Antônio Azeredo e Pedro Celestino, o primeiro participava dos importantes círculos de decisão política no Rio de Janeiro e Pedro Celestino era prestigiado no estado. A disputa entre os dois pelo mando estadual resultou no conflito armado de 1916 (ALVES, 2002), e posteriormente, intervenção federal em 1917.

A intervenção veio com aprendizado de que era melhor dividir o poder do que ser alijado dele, assim após 1917 não houve mais lutas armadas para derrubada do poder constituído e todos governadores conseguiram terminar mandato até 1930 (FANAIA, 2010). Isto porque, as elites no momento anterior as eleições já se articulavam para compor um acordo político, ou seja, a dura perda do comando político estadual deu alicerce para uma nova prática, um pouco menos autocrática, de um exercício de compartilhamento de poder. Os políticos tiveram de perceber que não era mais possível o modelo de domínio mandonista local, tão bem exposto nas interpretações de Faoro (1958), Freyre (1963), Leal (1975) e Queiroz (1976).

## **6- Considerações Finais**

Retomado as configurações das Disputas Oligárquicas dos anos de 1892, 1899, 1906 e 1916, percebemos que as práticas políticas das elites ora pautaram-se na luta armada ora no acordo político. O momento ápice do confronto, os de Disputas Oligárquicas, intermediou-se aos de acordos políticos.

Foram longos anos de aprendizado para que progressivamente a luta armada fosse trocada pelos acordos políticos. Além disso, o federalismo hierarquizado não deixava



muitas alternativas aos pequenos estados de que se submeter ao pacto estabelecido entre os estados condutores. Diante de um quadro nacional intrincado, as elites pouco contribuiriam com seus estados natais ao se digladiar pelo poder através da luta armada.

As elites mato-grossenses além de não serem capazes de empreender sozinhas as necessidades do estado ou seus objetivos particulares, apenas atuavam no Estado, nada fora dele, lutando entre si para conseguir suas benesses. A demora em perceber que somente a coesão traria melhoras, fez com que os donos do poder envolvessem toda região em instabilidades políticas causando prejuízos ao erário público, inúmeras mortes, danos às vidas dos que ali estavam, agravando o quadro econômico, que já não era bom. E ainda, estes grupos institucionalizaram práticas perversas para a Democracia, ainda persistentes.

Portanto, as elites mato-grossenses tiveram dificuldade de entender as regras do jogo nos quais estavam inseridos. Foi um lento aprendizado de que não dominariam o estado livremente sozinhas, como mandões absolutos no poder local do Brasil Colônia (LEAL, 1975), mas sim teriam de compreender um jogo desigual e em certa medida competitivo, quando não dividir poder significou subjugar-se a intervenção federal.

Então, as principais estratégias encontradas foram ou o conflito armado ou aliança política. Embora anteriormente ao ano de 1917 existisse acordos políticos, por exemplo de Ponce e Joaquim Murinho em 1906, a predominância foram as Disputas Oligárquicas. Após a intervenção federal de 1917, prevaleceram os acordos antes das eleições, mesmo que ainda existissem conflitos armados localizados e disputas.

Em toda a Primeira República os acordos entre estes grupos sempre estiveram presentes, suas principais estratégias eram aliança de político mais fraco com o mais forte, casamento e o compartilhamento de poder. Exemplo do primeiro, os vários chefes locais que apoiaram os líderes estaduais Generoso Ponce, Antônio Paes de Barros e Pedro Celestino. O casamento era uma forma muito usual de constituir um grupo capaz de dar suporte aos objetivos do líder. E a divisão de poder pode ser observada na aliança entre Ponce e Murinho, da mesma forma, entre Antônio Azeredo e Pedro Celestino.

Como fica claro ao percebemos as práticas políticas da época, não houve significativa taxas de renovação das elites. A maioria dos nomes citados já eram políticos durante o Império, apenas Joaquim Murinho tentou ser senador, mas era constantemente preterido. É claro que o momento ápice de Ponce, Murinho, Azeredo, Pedro Celestino ocorreu na Primeira República, mas todos se articulavam desde o Império, foram do mesmo partido por um bom período.

Maior renovação das elites mato-grossenses ocorreu nos anos 1930, quando o governo Vargas desprestigiou as elites tradicionais (Ponce, Corrêa da Costa) a favor de uma nova família: a de Filinto Müller. O mesmo não podemos ponderar sobre a continuidade, famílias como Corrêa da Costa, Ponce e Müller ocuparam inúmeros cargos políticos pelo estado no decorrer do século XX.

Quanto ao recrutamento desses grupos, como pode se esperar, era restrito. Conforme a tabela abaixo podemos observar alguns dados sobre a origem social das elites e percebemos que a exceção foi Generoso Ponce e Antônio Azeredo. Ambos não vinham de famílias ricas e tradicionais, tiveram que lutar por sua ascensão. Dos quatro nomes citados, somente Generoso Ponce não tinha diploma de ensino superior.

Joaquim Murtinho vinha de família dos estratos médios e empreendeu em diversos campos: político, econômico, empresarial, médico, etc. Enquanto que, Pedro Celestino de tradicional família, provavelmente criado para assumir cargos de prestígio estadual. Mas ainda assim, só polarizou no mando estadual após a morte de Ponce.

Nome	Data de Posse/ Término	Local de Nascimento	Região de Mato Grosso	Profissão
Generoso Ponce	Senado (1894-1903) Governo estadual: 07/05/1892-20/07/1892/ 15/08/1907-12/10/1908	Cuiabá	Norte	Comerciante
Joaquim Murtinho	Senado Federal: (1890-1896) (1903- 1906) (1907-1911) Ministro Viação, Ministro da Fazenda	Cuiabá	Norte	Médico
Antônio Francisco Azeredo	Senado Federal (1897- 1905) (1906-1914) (1915-1923) (1924- 1930)	Cuiabá	Norte	Bacharel em Direito
Pedro Celestino Corrêa da Costa	Senado Federal (1926- 1930) Governo estadual: 12/ 08/1908-14/08/1911. 1922-1923	Cuiabá	Norte	Farmacêutico

A política mato-grossense também revela um padrão de compartilhamento de poder: a dominação por parte dos cuiabanos perante os demais mato-grossenses e uma divisão de poder entre dois mandões locais. Esse compartilhamento de poder tem como

base a legitimidade regional de determinado político versus o prestígio nacional do outro, o que eleva a importância do segundo devido ao pouco peso do estado ante a nação. Assim, políticos que tem destaque nacional representam uma projeção nacional para os demais mato-grossenses, que se orgulham e o apoiam.

## Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, Fernando L. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC – Departamento de Ciência Política da USP, 1998, p. 253
- \_\_\_\_\_. A Coordenação Federativa no Brasil: A experiência do governo FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, nº24. Curitiba: UFPR. P.41-67. 2006.
- ALCÂNTARA, Aspásia B. C. La Federación Sometida. Nacionalismo Desarrollista e Inestabilidad Democrática. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.300-362.
- ALVES, Lourembergue. *Caetanada Violência e Luta Armada como Estratégia de Obtenção e Manutenção de Poder*. São Paulo: Scortecci Editora, 2002.
- BITTAR, Marisa. *Regionalismo e divisionismo no sul do Mato Grosso*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. vol.1.
- BRASIL. Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF: Congresso Nacional Constituinte, 1891.
- CARDOSO, Fernando H. Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 8. Rio de Janeiro, 2006.p. 17-57.
- CARONE, Edgar. *A república velha*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. vol.2 - Evolução Política.
- \_\_\_\_\_. *A Primeira República (1889-1930)*. 1ªed., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- \_\_\_\_\_. *A república velha*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1 - Instituições e classes sociais.
- CARVALHO, J. M. Federalismo Y Centralizacion En El Imperio Brasilenso: Historia Y Argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.51-80.
- \_\_\_\_\_. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Cia - Companhia das Letras, 1987, p.216.
- \_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n.2,1997.Disponível em <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso)> acessos em 01 abr. 2010.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890- 1940)*. 2ªed., Campo Grande: Ed. UFMS,2006. 231 p.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.744p
- \_\_\_\_\_. *À sombra dos herveas matogrossenses*. São Paulo: São Paulo Editora LTDA. 1925.
- DAHL, Robert. A Critique of the Ruling Elite Model. *The American Political Science Review*, v. 52, n. 2, 1958, p. 463-469.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Nacional*. 2ªed., Brasília:1997
- FANAIA, João E. A. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2010.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 4ªed., São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da República: Negócios e Poder na Passagem do Século XX*. Rio de Janeiro: Notrya Editora,1993.
- FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução?* São Paulo: Abril Cultural Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos). 1984.
- FREYRE, Gilberto. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília,1963. p. 3-82.
- GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, n.41, p. 35-83, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ªed., São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder Local*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*.2ªed. São Paulo: Editora Alfa-Omega,1975. 257p.
- LOVE, Joseph L. Federalismo y Regionalismo em Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1993, p.180-223
- MENDONÇA, Estevão. *Datas Matogrossenses*. 2ªed. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 1973.
- MENDONÇA, Rubens. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. 2º ed. Vol.1, 1974.
- MENEZES, Alfredo Mota. *A Morte de Totó Paes: Política no Interior do Brasil*, Cuiabá: Carlini&Caniato Editorial, 2007.

- MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 3ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 421p.
- MOSCA, Gaetano. La Clase Política. In: BATLE, Albert (Org.) *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. 3ªed. Barcelona: Ariel, 2007, p.23-36.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na Política de Mato Grosso*. 1ªed. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001. 367p.
- \_\_\_\_\_. *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário – Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: IUPERJ e com apoio do Governo Carlos Bezerra do Estado de Mato Grosso, 1988. 229 p.
- PIERSON, Paul. SKOCPOL, Theda. 2002. Historical Institutionalism in Contemporary Political Science, In: KATZNELSON, Ira e MILNER, Helen V. (eds). *Political Science: State of the Discipline*. New York: W.W. Norton: 693-721.
- PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1952.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- \_\_\_\_\_. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ªed., São Paulo: DIFEL, 1977, p.155-188.
- QUEIROZ, Paulo R. C. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. Anais do 1º e 2º Encontros de Pós-Doutores do PPGH/UFF. Niterói-Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: [www.historia.uff.br/stricto/files/public\\_ppgh/cap\\_2009\\_forumPosgrad\\_anais\\_i\\_ii.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/cap_2009_forumPosgrad_anais_i_ii.pdf)
- \_\_\_\_\_. Caminhos da erva mate: a montagem da rede de transportes associada à economia ervateira sul-mato-grossense (1882-1902). Anais do 2º Congresso Latino-Americano de História Econômica. Cidade do México. 2010. Disponível em: [http://www.economia.unam.mx/cladhe/listado\\_ponencias.php?iSimposio=1&NomSimposio=](http://www.economia.unam.mx/cladhe/listado_ponencias.php?iSimposio=1&NomSimposio=)
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. O Processo político na Primeira República e o Liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucila A. N. (ORGS.) *O Brasil Republicano Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P.89-120.
- ROSA, Pedro Â. *Resenha Histórica de Mato Grosso (Fronteira com Paraguai)*. Campo Grande: Livraria Rui Barbosa, 1962.
- VÁZQUEZ, Josefina Z. El Primer Federalismo. In: CARMAGNANI, Marcelo (Org.). *Federalismo Latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 15-50.